

Lição 9 – O fascismo é mal metafísico em estado radical

Sinésio Ferraz Bueno

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BUENO, S. F. O fascismo é mal metafísico em estado radical. In: *O fascismo em dez lições* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2022, pp. 83-90. ISBN: 978-65-5714-304-9.

<https://doi.org/10.7476/9786557143049.0011>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

LIÇÃO 9

○ FASCISMO É MAL METAFÍSICO EM ESTADO RADICAL

Conforme abordamos nos capítulos anteriores, a atmosfera fascista envolve fortes impulsos agressivos acumulados que se originam de patologias emocionais cujas origens estão nos perseguidores, jamais nas vítimas da violência. Os mais diversos setores de uma determinada sociedade podem ser alvo de perseguição, desde que desempenhem o papel de inferioridade ou impureza imaginárias decorrentes da projeção emocional coletiva. A adesão à pauta fascista é perpassada pelo autoengano voluntário, pelo ressentimento e pelo estado de autocoisificação, que tendem a perpetuar o assujeitamento no interior das formações grupais. O caráter notadamente trágico dos diversos episódios de perseguição fascista ao longo da história evidencia que a destrutividade cega que o anima, em si mesma, aponta para fatores que se situam para além dos contextos históricos que circunscrevem a barbárie. O caráter flexível das vítimas do preconceito e da segregação conduz necessariamente a uma reflexão filosófica de natureza metafísica, que possa esclarecer os aspectos essenciais do fenômeno, para além dos fatores econômicos e geopolíticos que são peculiares a dada sociedade, em

determinado momento histórico. Quando se considera a crueldade sem limites que caracteriza o fascismo, a coisificação do espírito envolvida na mais completa ausência de compaixão e identificação emocional com as vítimas demanda reflexões metafísicas acerca da natureza e da experiência do mal como núcleo da catástrofe fascista.

Na filosofia ocidental, Santo Agostinho foi o pensador que enunciou a origem do mal de maneira precisa, a ponto de se tornar a referência clássica fundamental para muitas reflexões posteriores. Para o filósofo, o princípio basilar para indagações acerca da origem do mal é a beatitude perfeita e absoluta de Deus, pressuposto que exige pensar que todas as coisas criadas necessariamente tenham de ser boas em si mesmas. Então, se o mal existe, ele somente pode ser pensado como estado contingente de privação do bem: “todas as coisas que existem são boas e aquele mal que eu procurava não é uma substância, pois se fosse substância seria um bem” (Agostinho, 2010, p.102). Assim, se apenas o bem é substância, o mal é “perversão da vontade desviada da substância suprema” (ibidem, p.104). No período moderno, embora sem corroborar o ponto de vista metafísico de Agostinho, Kant definiu o “mal radical” como estado de corrupção moral em que o livre-arbítrio declina da obediência racional à lei moral, em favor do puro prazer, dos vícios, mesquinharias e egoísmos em geral. Para Kant, quando um homem singular deliberadamente realiza escolhas completamente alheias à universalidade da lei moral, esta é corrompida na raiz, motivo que justifica o conceito de “mal radical”. Dessa forma, definindo o mal como condição contingente de corrupção do livre-arbítrio frente à universalidade moral, Kant endossa a concepção agostiniana que nega ao mal qualquer dignidade ontológica ou substancial. Para os dois pensadores, é possível pensar a existência do bem supremo, mas é impossível conceber um “mal absoluto”,

seja em oposição substancial à perfeição de Deus (Agostinho), seja como negação da validade imperativa e incondicional do imperativo categórico (Kant).

Para Leibniz, filósofo do período moderno, sendo Deus a causa necessária de todas as coisas contingentes, e sendo também sabedoria e bondade suprema e infinita, os sofrimentos e misérias do mundo são resultados necessários da incompletude humana. O pressuposto metafísico da perfeição absoluta de Deus torna logicamente impossível, segundo o filósofo, que o universo possa ser mal em si mesmo ou que não conduza à máxima felicidade das criaturas. Eis, então, o conceito de melhor dos mundos possíveis postulado por Leibniz, em que Deus escolheu o melhor projeto possível de universo, pois nele “o máximo efeito foi produzido pelos métodos mais simples, às coisas criadas foram dispostos os mais altos níveis de poder, conhecimento, felicidade e bondade que o universo poderia permitir” (Leibniz, 2009, p.49). O melhor dos mundos possíveis de Leibniz encontrou na filosofia de Hegel uma correspondência otimista baseada na identificação de todas as formas de ser com os diferentes estágios de evolução do sujeito racional. Mas se a história deve ser encarada como progresso racional da liberdade, torna-se necessário explicar a expansão da barbárie, da opressão e do sofrimento escancarados pelos fatos históricos. Hegel responde a essa questão com afinidade leibniziana: “ao seguir seus próprios interesses, os indivíduos promovem o progresso do espírito, isto é, realizam uma tarefa universal que favorece a liberdade” (Marcuse, 1978, p.212). O melhor dos mundos possíveis, para Hegel, é regido pela astúcia da razão: “os indivíduos levam uma vida infeliz, trabalham arduamente e morrem; entretanto, embora jamais realizem seus desígnios, seu sofrimento e seu fracasso são os meios mesmos de sustentação da verdade e da liberdade. Um homem jamais colhe os frutos de

seu trabalho: eles sempre ficam para as gerações futuras” (Marcuse, 1978, p.215).

Para Hegel, o mal moral corresponde a uma defasagem entre a forma como os homens se compreendem a si mesmos e se relacionam entre si (ser-para-si) e sua própria substância humana, que consiste em serem veículos de realização do Espírito Absoluto (ser-em-si). Nesse sentido, o mal deve ser compreendido em conexão com a imanência do espírito infinito na finitude humana. Então, o mal não é focado em termos kantianos, como estado de corrupção do homem perante a lei moral incondicionalmente válida, nem em termos leibnizianos, como existência contingente diante da totalidade perfeita e absoluta de Deus. A concepção hegeliana do Absoluto é decisiva para o entendimento de que o mal está inserido em um processo necessário de desenvolvimento da consciência de si do espírito. O Absoluto não é lei racional abstrata universal, nem transcendência inacessível, pois ambas as concepções ainda resguardam uma indesejável dualidade entre finito e infinito. O Absoluto é sujeito infinito corporificado no mundo finito: “o *Geist* ou Deus não pode existir separadamente do universo que ele sustém e no qual ele manifesta a si mesmo” (Taylor, 2014, p.113).

Deus é consciência de si infinita que não deve ser concebida como transcendência inacessível em um perpétuo “jogo de amor consigo mesmo”, mas como Espírito Absoluto cuja consciência de si somente pode se realizar pela existência dos seres finitos, e em especial por meio da subjetividade racional dos seres humanos. A realização da consciência de si divina é mediada por seres humanos dotados de racionalidade, que somente se tornam plenamente livres quando sintonizam o exercício do livre-arbítrio com o finalismo divino, o qual expressa a realização do bem supremo como meta necessária da vida. Em outras palavras, a liberdade, entendida como

sintonia entre os espíritos humanos e Deus, não requer tão somente a realização de escolhas aleatórias por meio do livre-arbítrio, pois este é imperfeito e suscetível de recaídas no mal moral. A liberdade somente se realiza quando as escolhas humanas estão sintonizadas com o bem supremo. Isso significa que o mal, para Hegel, traduz o desacordo entre as escolhas humanas e o horizonte necessário de reconciliação do espírito consigo mesmo. Sob o ponto de vista teleológico, os homens estão destinados a superar as contingências históricas de alienação do espírito, e isso requer processos formativos do espírito que possam torná-los seres autônomos e livres.

Se o Espírito Absoluto existe corporificado nas coisas finitas, isso significa que a contradição dialética não se restringe à finitude humana, mas afeta igualmente também o próprio Deus, que para se realizar plenamente experimenta essa finitude para poder superá-la, pela realização de sua consciência de si junto aos sujeitos humanos. Então, para Hegel, se o homem é veículo de realização do Espírito Absoluto, os aspectos trágicos da existência humana são compartilhados por um sujeito cósmico que é idêntico e não idêntico ao mundo. O melhor dos mundos possíveis de Leibniz reaparece na teodiceia do Espírito Absoluto, pois as tragédias humanas estão inseridas como momentos necessários do desenvolvimento do espírito na história. Se o todo é imanente ao desenvolvimento da consciência, então o mal, entendido como momento inseparável da realização da consciência de si imperfeita, equivale aos erros que não podem deixar de ser cometidos, mas que serão pagos com juros no futuro, para lançarmos mão de uma expressão leibniziana.

Como todos os românticos, o que Hegel quer pensar é a imanência do infinito no finito. Mas isso o conduz a uma filosofia trágica da história; o espírito infinito não

deve ser pensado para além do espírito finito, do homem ativo e pecador, mas ele próprio é ávido de participar do drama humano. Sua infinidade verdadeira, sua infinitude concreta não é sem essa queda. Deus não pode ignorar a finitude e o sofrimento humanos. Inversamente, o espírito humano não é um aquém, ele supera a si mesmo, atraído constantemente rumo à sua transcendência, e tal superação é a cura possível de sua finitude. (Hyppolite, 1999, p.553)

“A consciência do mal está, portanto, vinculada à oposição entre a finitude na ação e o elemento do reconhecimento mútuo das consciências de si que é uma exigência imanente” (ibidem, p.548). A autorrealização do espírito na história se desenvolve por meio da oposição entre diferentes figuras da consciência, todas elas animadas pelo desejo mútuo de reconhecimento. Essa concepção da filosofia de Hegel antecipa em quase dois séculos a principal reivindicação dos pensadores pós-estruturalistas do século XX, em especial a filosofia da diferença de Gilles Deleuze. Ao mesmo tempo, o desejo de reconhecimento da diferença explicita a consciência de si como potência negativa que recusa a particularidade imediata, motivada pela superação das contingências do mundo finito: “a própria consciência de si procura-se no fundo desse desejo e procura-se no Outro” (Hyppolite, 1999, p.175). O antagonismo entre as consciências de si pressupõe a aceitação da alteridade e estimula os homens a processos formativos que visam ao reconhecimento mútuo.

Mas se a atmosfera fascista se alimenta de relações emocionais patologicamente projetivas, da destrutividade cega, do ressentimento e da coisificação do espírito, isso significa que o fascismo corresponde justamente à neutralização do reconhecimento mútuo entre as consciências. A violência fascista consiste em brutal e deliberada

incapacidade de espelhamento de um ser humano singular nos traços de alteridade que são essenciais para a sua própria realização como consciência autônoma e livre. Na medida em que o fascismo pressupõe da maneira mais brutal possível a recusa sistemática do reconhecimento entre consciências, a degradação e a coisificação do Outro não se constituem somente como manifestações históricas circunscritas a regimes políticos específicos, pois seu alcance é metafísico, dizendo respeito à própria relação entre os espíritos humanos finitos e o Espírito Absoluto.

Se, por um lado, o desenvolvimento das experiências históricas necessariamente engendra o mal, dada a defasagem entre a imperfeição humana e o bem supremo, por outro lado, conforme abordamos, a realização do finalismo prevê a reconciliação humana com seu vir-a-ser necessário. Nesse processo, os homens somente se tornam plenamente livres quando o exercício do livre-arbítrio estabelece sintonia com o bem supremo. Portanto, o fascismo representa, das mais diversas maneiras, a paralisia do reconhecimento do *unheimlich* como estranho e familiar, perpetuando o estranhamento do sujeito em relação ao Outro e sobretudo em relação a si próprio. Se tomarmos de empréstimo o conceito kantiano de mal radical, e considerarmos que o fascismo neutraliza na raiz os potenciais dialéticos que são intrínsecos ao movimento do espírito na história, podemos então afirmar que o fascismo é mal radical também em sentido hegeliano. O fascismo compromete de maneira radical não somente os potenciais de autonomia específicos a determinados seres humanos em uma dada época histórica, mas também o próprio processo formativo que, segundo Adorno, poderia proporcionar a um inseto o esforço necessário para se tornar homem.

Para que os homens efetivamente se tornem veículos de realização do Espírito Absoluto, devem sintonizar o

exercício de seu livre-arbítrio com os objetivos maiores do bem supremo. Mas se o mal radical do fascismo promove a mais profunda degradação e coisificação do Outro, impedindo a experiência de reconhecimento mútuo entre as consciências de si, isso significa que o mal metafísico em estado radical corrompe o próprio exercício da liberdade como meta última visada pelo finalismo do espírito. Mas a experiência dialética da liberdade na história implica que os homens são livres tanto para a realização da mais radical anulação de si mesmos mediante a barbárie do fascismo, como também para se afirmarem como veículos de efetivação do bem supremo. Então, os homens podem empregar o livre-arbítrio tanto para se afundarem na barbárie, quanto para a realização de si mesmos como sujeitos livres e emancipados das múltiplas tutelas que reproduzem o cativeiro do espírito na história. A mesma liberdade empregada para se manter cativo é necessária para a reconciliação dos seres humanos com o finalismo do espírito. O único antídoto ao mal radical do fascismo é a liberdade como substância do espírito:

A liberdade em si é o seu próprio objetivo e o propósito único do Espírito. Ela é a finalidade última para a qual toda a história do mundo sempre se voltou. Para este fim, todos os sacrifícios têm sido oferecidos no imenso altar da terra por toda a demorada passagem das eras. Só a Liberdade é a finalidade que se compreende claramente e se completa em si mesma, o único polo estável na mudança dos acontecimentos e condições, o único princípio verdadeiramente eficaz que interpenetra o todo. Este objetivo é o propósito de Deus para com o mundo (Hegel, 2001, p.66).